



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Apurada 2001 AM
Hhhy
27.02.12

ACTA Nº 5/2011

Sessão realizada em 22 de Dezembro de 2011

1
hhl
Kier

ATA N.º 5/2011

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, pelas catorze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins e secretariada pelo Senhor Luís Ventura Gavinhos e pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: Jean Barroca que justificou atempadamente a sua ausência e foi substituído por João Couto Gonçalves. Faltaram ainda os membros Maria Rosa Moreira, José Manuel Anacleto, João Cruz Taborda, Maria Alice Cardoso, José Filipe Gonçalves, que não apresentaram qualquer justificação. Os Presidentes de Junta de Alcaria, Soalheira, Souto da Casa e Valverde foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltaram os Senhores Vereadores Augusto Leal Salvado e Vítor Cunha.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos Documentos Previsionais, Mapa de Pessoal e Empréstimo de Curto Prazo para o ano 2012”;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aplicação da Derrama para 2012”;

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Integração do Município do Fundão na Associação sem fins lucrativos denominada: Território IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação”;

2.5 – Apreciação e votação do documento final de trabalho da Comissão de Acompanhamento do Documento Verde da Reforma Administração Local, constituída na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 29 de Outubro de 2011.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício começou por desejar Boas Festas e bom trabalho a todos e informou que o Senhor Presidente da Mesa estava prestes a chegar. Colocou a votação a ata nº 4/2011, informando que o Senhor Presidente da Junta de Aldeia Nova do Cabo havia solicitado a correção da sua intervenção já que na ata diz “encerrar a escola”, quando na realidade devia estar “está em risco de encerrar a escola”. Após esta correção e não havendo mais solicitações, a ata nº 4/2001 foi aprovada por unanimidade. O senhor presidente agradeceu aos membros da AM que já contribuíram com géneros para a iniciativa “Natal Solidário”, que ainda receberia donativos até 23 de Dezembro. Informou também que a Mesa recebeu com agrado a informação de que foi atribuída ao município a distinção de “autarquia familiarmente responsável”, com a atribuição simbólica de uma bandeira representativa dessa distinção que, sob proposta da Senhora Vereadora do Pelouro, iria ser hasteada, pelo

que convidava todos os membros a participar nessa cerimónia. Apontou ainda o constrangimento resultante do facto de a partir das 15.00 horas se realizar na Moagem a assembleia-geral da Comurbeiras onde estarão presentes alguns membros desta Assembleia Municipal, pelo que a sessão seria interrompida até às 16.00 horas.

Já com a presença do Senhor Presidente da Mesa. Dr. Vítor Martins, reiniciaram-se os trabalhos pelas 16.00 horas. O Senhor Presidente da Mesa desejou a todos um Natal feliz com a família e um Ano Novo com saúde e paz. Propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do pintor Barata Moura, grande figura da nossa região, que deixa como legado um património extraordinário, minuto esse que ocorreu de imediato.

Período de Antes da Ordem do Dia

Eduardo Saraiva – Em nome da bancada do PSD associou-se às palavras do Senhor Presidente relativas ao pintor Barata Moura, ilustre beirão que teve oportunidade de conhecer pessoalmente. Recordou uma tarde passada na sua casa em Lisboa, onde lhe relatou algumas das suas viagens e lhe mostrou o seu bloco de apontamentos desenhados. Lembrou também o ato de entrega à Câmara Municipal e aos Bombeiros Voluntários do Fundão de parte significativa do seu espólio, que mostra através da tela os belos recantos da nossa terra. Falou ainda da festa de aniversário dos 100 anos do pintor Barata Moura que apagou as 100 velas de seguida, o que considerou extraordinário. Referiu-se à entrega da posse administrativa do Cine Teatro Gardunha à Câmara Municipal, congratulando-se com o facto, após as dificuldades conhecidas. Esta decisão mostra a persistência e a capacidade de trabalho e de luta do atual Executivo. O Fundão ganhou o Cinema Gardunha quando este já tinha os dias contados. Por aquele palco passou bom cinema, boa música, grandes figuras da cultura portuguesa, sessões de homenagem, como a que se fez ao Senhor Padre Bento, festas de finalistas, peças de teatro. Acha que é altura de prestar homenagem ao Senhor Solipa, emigrante na Venezuela, que quando regressou à sua terra gastou todo o seu pecúlio na construção do Cinema Gardunha. Sugeriu que no dia de inauguração da sua recuperação, fosse estrategicamente colocada uma placa em sua homenagem, para que não seja esquecido.

Aires Patrício – Fez uma intervenção que se junta à presente ata, como **Anexo 1**.

Rogério Palmeiro – Cumprimentou os presentes e fez votos de bom Natal e de um Ano Novo o melhor possível neste momento de dificuldades. Propôs-se defender a sua honra e de todos os autarcas de freguesia, considerando inacreditáveis as palavras proferidas pelo Senhor Vereador Leal Salvado numa sessão do Executivo que afirmou que “existem 4200 instituições autárquicas onde existem pessoas a quem se dá prémios, bónus financeiros, só porque participam na vida pública das suas comunidades, uma classe de luxo que não faz qualquer sacrifício”. Estas palavras tiram-no do sério, magoam e ofendem todas as pessoas que dão o seu tempo, trabalho e esforço para que as pessoas nas suas aldeias tenham alguma qualidade de vida. Esperava já ter ouvido tudo, agora um insulto tão baixo e tão vil para quem no seu dia-a-dia dá tudo de si, colocando muitas vezes em causa a própria família, não estava à espera de ouvir. Isto demonstra a qualidade de algumas pessoas e “Deus nos guarde que alguma vez possamos vir a ter gente como esta a exercer outro tipo de funções no nosso concelho”.

Khil
3
Luis
F

Catarina Gavinhos – Informou que entregou na Mesa uma Moção relativa ao aumento das taxas moderadoras nos hospitais e centros de saúde, que solicitou que fosse lida. De seguida fez uma intervenção que se junta à presente ata, constituindo o **Anexo 2**.

Bruno Ramos – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o **Anexo 3**.

Carlos Jerónimo – Fez uma intervenção que se junta à presente ata - **Anexo 4**.

Carlos São Martinho – Cumprimentou todos os presentes e desejou Boas Festas. Subscreeveu na íntegra as intervenções dos membros Carlos Jerónimo e Rogério Palmeiro, pensando que algumas das afirmações a que ambos se referiram já estavam há muito afastadas do nosso léxico. Respondendo ao membro Bruno Ramos disse que perante a falência técnica em que o PS deixou o País, as Estradas de Portugal e genericamente todos os institutos e cofres nacionais, muito dificilmente este Governo poderia agir de outra forma. Não concordando com todas as posições assumidas pelo atual Governo relativamente às SCUT, o que ele próprio já manifestou particular e publicamente, reconhece que este governo só aplicou o que o PS deixou como herança, nomeadamente a Portaria que aprovou as portagens. Informou que cerca de 1.800 milhões de pessoas não irão pagar taxas moderadoras e a sua implementação, bem como os cortes aos funcionários públicos vão servir para evitar males maiores. O PSD está a cumprir tudo o que o PS incluiu nas negociações com a TROIKA, nomeadamente a revisão da legislação autárquica. Agora os membros do PS tiram o corpinho da discussão e optam pela demagogia. Considerou também que a coesão social é um elemento essencial para o PSD, mas as intervenções do Sr. Vereador do PS dizem bem qual o seu conceito de coesão, já que classificou o território do Rio e freguesia de Silvares de fim do mundo. Quando assim classificamos o nosso território não podemos exigir aos outros que olhem para nós doutra forma. Embora não concorde totalmente com uma ou outra medida do atual Governo, está solidário com a política do mesmo e com o País e espera que em breve as nossas empresas possam usufruir de apoios na ordem dos 60 milhões de Euros, para fazer face aos sacrifícios a que o País está sujeito. O povo sabe que tudo o que se deve tem de ser pago e que temos de ser trabalhadores e honestos. Espera que este Natal traga a todos uma maior compreensão, perante o ano difícil que se aproxima, e que todos juntos consigam ultrapassar as dificuldades.

Abel Rodrigues – Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quando terminariam as obras da REFER, entre a rotunda de Valverde e o “Continente”, já que o Senhor Vereador afirmou no jornal que demorariam cerca de mês e meio, o que não lhe parece possível. Perguntou também se a Câmara pensa efetuar alguma intervenção ao nível dos pavimentos, pois existem algumas artérias da cidade muito degradadas. Embora concorde com a poupança energética, lamenta que haja ruas completamente às escuras, como as da Escola Secundária, Jornal do Fundão, Misericórdia e João Franco, nesta cidade, o que pode pôr em causa a segurança das pessoas. Lamentou que numa altura em que o comércio tanto necessita, não exista uma única luz de Natal, pelo menos na Praça do Município. Gasta-se tanto dinheiro tão mal gasto nalgumas coisas e noutras é o que se vê. Finalmente aconselhou algumas pessoas a lerem e ouvirem o que foi dito na sessão de Câmara pelo Senhor Vereador Leal Salvado, já que foram tiradas conclusões que não correspondem ao que foi afirmado e interpretadas palavras fora de contexto, questionando-se sim o constante atraso e protelamento da obra do Rio, em Silvares.

NHL 4
Leal

Joana Morgadinho – Disse que, a ser verdade a citação proferida pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, condenava logo à partida as palavras proferidas pelo Senhor Vereador. O PS sempre defendeu o investimento e tomara que o mesmo já estivesse realizado, já que iria trazer a Silvares e ao Cabeço do Pião, desenvolvimento sócio económico que evitaria a êxodo rural e a emigração. A bem de Silvares fez votos para que a obra fosse rapidamente realizada.

Presidente da Câmara – Clarificou que o que foi dito, nomeadamente pelo Senhores Presidente de Junta de Silvares e Capinha, foram citações da reunião de Câmara e que aquilo que o Senhor Vereador Leal Salvado fez foi arrasar completamente aquele investimento. Tudo decorreu naquele sentido e tom e nada foi tirado do contexto, tudo está muito claro. Sobre a iluminação disse que existe um plano alargado de diminuição de custos, que está a ser implementado através de novas tecnologias e equipamentos, mas que por vezes existe alguma descoordenação em relação à iluminação de algumas ruas. Não é intenção da Câmara reduzir a iluminação pública na cidade, porque isso poderia colocar em causa a segurança das pessoas, mas existe um plano de contenção que está a ser levado a efeito em todo o concelho. Relativamente à circular urbana, o atraso deve-se a erros e omissões do projeto. Trata-se de uma obra que vai mudar o Fundão e regozija-se com o facto de ser este Executivo a levar a cabo tão importante obra, embora ele própria tenha algumas vezes desconfiado que a mesma chegasse ao fim. Falta concluir a circular urbana, as pessoas estão lá a trabalhar, pelo que espera que as mesmas estejam terminadas em mês e meio. Estão lançadas as bases para um grande centro urbano num futuro que espera próximo. Relativamente ao membro Bruno Ramos, considerou que a sua intervenção ultrapassou todos os limites da decência e da vergonha, porque ninguém pode ignorar que os pórticos da A23 foram colocados pelo governo do PS. Em 2009 o PS ganhou as eleições dizendo no seu programa eleitoral que jamais introduziria portagens, fazendo a política da mentira e da batota. Toda a estratégia atual do PS visa branquear a sua atuação até Junho de 2011. Este Governo tem 6 meses e um Primeiro-ministro que afirma que todas as opções que tomam são no sentido do interesse público, nacional e em nome de Portugal, não se desculpando com os outros. A manipulação da mentira faz com que alguns elementos do PSD tenham de vir a terreiro lembrar quem são os responsáveis pela atual situação do País. Hoje existe uma intervenção externa porque o governo do PS já não tinha mais ninguém que lhe emprestasse dinheiro e daí as obrigações com a TROIKA e as suas exigências. Haja pois seriedade na forma como se diz e manipula a verdade. Os sacrifícios são difíceis de suportar, mas existe um Governo que tudo vai fazer para os minorar.

Finda as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa** leu a moção apresentada pelo Grupo da CDU, que se junta à presente ata constituindo o **Anexo 5**. Colocada a votação foi a mesma rejeitada com 12 votos a favor, 17 abstenções e 16 votos contra.

O Senhor Presidente da Mesa fez a seguinte declaração de voto: "Estando de acordo com a Moção expressa, não concordo com alguns dos seus considerandos, nem com a forma que propõe para decisão desta assembleia".

O membro Rogério Hilário apresentou a seguinte declaração de voto: "A bancada do PSD votou contra porque não foi feita uma redação comum do documento. A essência não está em causa mas sim os seus considerandos".

O membro Nuno Baltazar Mendes apresentou a seguinte declaração de voto: "Votei a favor da Moção, concordando com a fundamentação apresentada pelo Senhor Presidente da Mesa".

Período da Ordem do Dia

Antes de se iniciar este período da ordem de trabalhos, o **Senhor Presidente da Mesa** propôs que o ponto 2.5 relativo ao documento final de trabalho da Comissão de Acompanhamento do Documento Verde da Reforma Administração Local fosse discutido após a informação escrita, o que foi aceite por todos os membros presentes.

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Pedro Salvado – Cumprimentou e desejou Boas Festas a todos. Relativamente ao documento anexo à informação escrita que refere a situação financeira do município, informou que a data/período de informação do mesmo está incorreta uma vez que menciona Setembro/2011, quando na realidade se reporta a 16 de Dezembro. Encontrou outra discrepância na despesa, nomeadamente entre o que é comprometido e o que é pago na ordem dos 27 milhões de Euros, pelo que perguntava o seguinte: Quanto às despesas de capital trata-se de investimento que foi diferido ou diz respeito a investimento que já não vai ser realizado? Quais os investimentos que já não vão ser realizados ou quais as despesas de capital que se deixaram cair? Nas despesas correntes onde existe uma discrepância de 7 milhões perguntou do que se está realmente a falar.

Nuno Baltazar Mendes – Cumprimentou todos com votos de Boas Festas e desejos de um melhor ano novo. Afirmou que, em relação a esta situação de emergência nacional, todos devemos estar envolvidos, tratando-se de um desafio no qual ou saímos todos ou ninguém. Esta crise não deve ser resolvida com a punição dos responsáveis, já que para algumas pessoas haverá uns e para outras serão outros. Deve existir um espírito reforçado de coesão. As dificuldades que se aproximam comparadas com o presente, são uma brincadeira, nós não temos bem a ideia do que ainda teremos de passar. Exige-se aos responsáveis políticos de todos os quadrantes, um envolvimento e uma determinação sem limites, de forma a ultrapassar a situação. Desafiou também a Câmara e Assembleia Municipal a serem solidárias e ao sentido de justiça de todos na aplicação de medidas equitativas e justas. Se esta justiça não ocorrer e os sacrifícios não forem aplicados convenientemente tudo o que está a ser feito pode ser em vão. Frisou que o Senhor Presidente da Câmara tem em mãos uma tarefa hercúlea, já que ser Presidente neste momento é muito difícil. Também não será fácil para quem não está no poder, desgraçado do partido ou do político que quisesse captar votos nesta situação. A intervenção de todos nos próximos tempos vai ser muito difícil, mas temos de arregaçar as mangas e o PS compromete-se seriamente a colaborar em nome do interesse das pessoas custe o que custar, mesmo que seja penalizado por apoiar certas decisões.

Luís Lourenço – Desejou a todos um bom Natal e, apesar de tudo, um bom ano de 2012. Voltando à Moção entretanto rejeitada, considerou que o Regimento devia contemplar um período, mesmo curto, para discutir as Moções apresentadas, o que iria resolver algumas das situações que levaram à sua não aprovação. Não entrará no discurso da culpabilização, o mais importante é olhar para a frente, ver a razão das situações em que estamos, para tentar encontrar as soluções certas que vão ao encontro dos problemas. É verdade que o Governo Sócrates teve culpas, mas essencialmente estamos perante uma crise de carácter económico, de dívida privada e não tanto de dívida pública. Todos temos culpa da destruição do aparelho produtivo e da economia portuguesa, mas tem

Hlvh
6
que
17
F

muitas dúvidas que as soluções que se têm apresentado venham resolver a situação. Relativamente à informação escrita e à forma como é apresentada, os vícios mantêm-se, já não diz mais nada porque já o fez várias vezes e basta ler atas anteriores. Quanto à atividade municipal não esteve presente no içar da bandeira atribuída relativa a “município familiarmente responsável”, mas dá os parabéns à Câmara Municipal. Ao fazer uma pesquisa sobre o assunto, verificou que é a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas que patrocina a iniciativa e que esta tem algumas conotações no mínimo duvidosas. Para enveredar por este caminho, há outras entidades que têm iniciativas de certificação com referências reconhecidas e não privadas e que também têm o título de familiarmente responsáveis. Falando das obras da REFER espera que finalmente sejam concluídas, embora possa já dizer que se demorou tempo demasiado e a Câmara Municipal deveria ter tomado outro tipo de providências junto das entidades responsáveis, para não causarem tantos problemas de circulação naquele local. Deu também conhecimento que existe no Parque das Tílias mobiliário urbano deteriorado há algum tempo e que, ao não ser reparado, se incentiva quem destrói a destruir mais ainda. Isto também acontece no espaço onde funciona o mercado com muitas coisas destruídas e árvores serradas pelo fundo. Também existe um espaço junto ao muro do cemitério que devia ser intervencionado e embelezado.

Eduardo Saraiva – Valorizou o trabalho realizado no pelouro de ação social e a cerimónia realizada do hastear da bandeira foi um bom momento, o que demonstra que a Câmara Municipal tem conseguido arranjar as melhores soluções. Considerou também importantes as declarações do membro Nuno Baltazar Mendes como forma de ultrapassar os desafios do futuro. Afirmou ainda que continua atual o artigo que escreveu há algum tempo no Jornal do Fundão, sobre o que denominou partido do Fundão, embora na altura tenha sido alvo de muitas críticas. Acha que temos de estar unidos e coesos e o partido do Fundão de que falou em 2003, faz atualmente todo o sentido. Os sacrifícios do País são também os que cada concelho tem de fazer, pelo que em conjunto é que se ultrapassarão as dificuldades, já que ninguém sobrevive sozinho.

Henrique Dias – Desejou a todos um bom Natal e valorizou as últimas intervenções e o seu cariz contemporizador. Disse ter ficado feliz com o facto de ver o PS com vontade de abraçar causas comuns e ajudar a resolver os problemas. Mas acha que também não se deve esquecer o que está para trás porque há acontecimentos e decisões que fazem parte do nosso património histórico e não se podem esquecer os erros, para que não se repitam. Disse também estar muito feliz com “as luzes de Natal”, já que face às dificuldades as mesmas não fazem falta e há outras iniciativas e ações que envolvem os mais novos e os mais idosos a festejar o Natal. Temos os mais jovens a fazer árvores de Natal, as escolas a fazer presépios, as crianças à porta do edifício da Câmara a divertirem-se. Os mais velhos a envolverem-se noutros projetos, em parceria com outras instituições. Valorizou a forma como correu a festa da Maúnça considerando-a um êxito. Também falou da festa do cogumelo que mostrou o orgulho das pessoas do Alcaide em receber muito bem quem os visitou naquela altura. Finalmente falou que os produtos da terra têm de ser cada vez mais valorizados, o que em alguns casos acontece mais fora do nosso País do que cá dentro. É necessário dar-lhes visibilidade, como a iniciativa levada a cabo por uma empresa de Alcária que vende queijos que, por necessidade de conquistar novos mercados, nomeadamente em França, estabeleceu uma parceria com a Escola Profissional do Fundão e um produtor de vinhos, onde foi elaborado um documento com receitas que neste momento chegam a toda a Europa.

hh
7
ac
f

Aires Patrício – Com o presente que temos é difícil falar sobre o futuro, sendo este uma espécie de “adivinhação”. Relativamente aos problemas que hoje nos afligem nenhum partido está isento de culpas, nem nenhum cidadão, porque estes votam. É tempo de estudar com rigor, isenção e seriedade todo o percurso, todo o caminho que nos trouxe do PREC aos PEC 1,2,3 e 4, à TROIKA. Só estudando o erro se poderá combatê-lo, sem complexos, da esquerda à direita, de cima para baixo. Relativamente às muitas festas realizadas, considerou que chega de circo, nós precisamos de pão, pelo que temos de trabalhar. Antes pretendia-se encontrar uma luz ao fundo do túnel, neste momento é necessário encontrar um túnel que tenha luz. Mudam-se os Ministros mas a política é sempre a mesma. Terminou com votos de Bom Natal e Bom ano.

O Senhor Presidente da Mesa disse ter ficado com a sensação de que se assistir a um PAOD – Parte 2, manifestando alguma ineficiência na condução deste ponto, pelo que de futuro e com a colaboração de todos tentará evitar esta situação.

Presidente da Câmara – Respondendo ao membro Pedro Salvado informou que o que é pago não corresponde ao que é cabimentado, nem comprometido, porque alguns projetos são plurianuais, outros já acabaram mas a sua execução financeira ainda não terminou, outros a execução financeira ainda não começou mas já foram lançados os procedimentos e cabimentados na totalidade. Isto tudo nunca bate certo porque quando lançamos projetos, têm de ser cabimentados na sua totalidade no ano em que se inicia o procedimento. Quanto às obras no jardim das tílias vão começar desde já. O vandalismo que ali ocorreu é uma realidade, inclusive o arranque de dois postes elétricos. Cada vez existem mais roubos, vandalismo e destruição do bem público, mas a Câmara Municipal em articulação com a GNR está atenta. Congratulou-se com a valorização dada à área social, porque de facto o município faz um grande esforço para resolver muitos problemas. Realçou também o papel dos parceiros da Câmara nesta área, considerando-os de elevadíssima qualidade, dedicando-se cada vez mais a este tipo de tarefas. Disse também ter gostado de ouvir o outro PS do Fundão, porque os desafios que temos são nacionais, estando em causa a nossa soberania, sobrevivência e a viabilidade do nosso País. Todos nós temos de contribuir para esses desígnios nacionais, porque estes não se conseguem alcançar se não estivermos todos envolvidos. Considerou também muito importante a internacionalização dos produtos da nossa terra, porque é muito importante saber vendê-los. A estratégia deve basear-se na valorização dos nossos produtos, sem ceder à tentação de valorizar o que é dos outros, outras experiências, outros municípios, outras realidades, quando na realidade temos nas nossas terras, nas nossas aldeias, no nosso município, as mesmas experiências, sendo por vezes pioneiros em alguns aspetos. Temos de engrandecer as nossas capacidades, promover a nossa terra e as nossas gentes e chegar o mais longe possível, imbuídos de um espírito de união e solidariedade.

2.2 - Apreciação e votação do documento final de trabalho da Comissão de Acompanhamento do Documento Verde da Reforma Administração Local, constituída na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 29 de outubro de 2011

Ao iniciar-se este ponto da ordem de trabalhos o Senhor Presidente da Mesa, Vítor Martins, sentou-se junto aos outros membros da AM, já que pretendia intervir no mesmo, pelo que a condução dos trabalhos ficou a cargo do Senhor Luís Gavinhos.

Hhly
8
11/1
F

Presidente da Mesa em Exercício – Disse sentir-se satisfeito com o trabalho levado a cabo pela comissão que surgiu no âmbito desta Assembleia, na última sessão. Desenvolveu-se um conjunto vasto de ações que levaram à elaboração do documento final agora em discussão. Agradeceu à Câmara Municipal o trabalho realizado pelos seus representantes na comissão e os meios disponibilizados. Agradeceu também a todos os membros das Juntas de Freguesia a forma empenhada e interveniente na condução do tema. Também agradeceu a participação ativa dos representantes dos partidos políticos. O diálogo foi muito proveitoso, resultando daí um documento amplamente consensual, que se coloca neste momento a análise de todos.

Pedro Salvado – Congratulou-se por ter sido possível chegar a um entendimento relativamente ao documento em discussão, embora não tenha sido fácil já que existiam alguns pontos de vista diferentes. Ao contrário de outros municípios, não existe nesta proposta, qualquer extinção ou fusão de freguesias urbanas, ou seja daquelas que fazem parte do núcleo da cidade ou muito próximo dela. Se se questionassem os residentes de Aldeia de Joanes sobre a possibilidade de pertencerem à freguesia do Fundão, de certeza iriam responder não ver qualquer problema nisso, uma vez que já se sentem como parte integrante da cidade. Por outro lado a Câmara Municipal devia criar condições físicas, tal como fez com Aldeia de Joanes, com a execução da estrada de ligação e outras infraestruturas, para integrar à sua volta outras freguesias, como por exemplo Donas, para que a separação física não fosse notória e a denominada freguesia urbana fosse uma realidade sem grandes convulsões.

Vítor Martins – Testemunhou que era para si um orgulho pertencer a uma Assembleia Municipal que consegue reunir-se em torno de um documento sereno, inteligente, com visão. Não está lá tudo o que cada um queria, mas trata-se de um documento de consenso, utilizando-se um método que é um bom exemplo para o futuro. Saudou também a Câmara Municipal que o propôs. Não lhe parece que se deva encarar o documento como um ponto de chegada, mas de um começo, pelo que tem de se refletir sobre o que fazer aos diversos níveis. Deste documento deve partir uma força de sinergia, de posição do nosso concelho a defender os pontos que ali estão mencionados. Relativamente às empresas municipais devia existir uma clareza, voltar ao básico, ou seja, aquilo que são responsabilidades de serviços de prestação universal e transversal das autarquias deve ser prestado e assumido pelas autarquias. Só as atividades que são complementares ou supletivas é que podem ser objeto de empresas municipais. Pessoalmente acha que a reforma devia ser conduzida nessa base. Há serviços públicos bem geridos e outros mal geridos, bem como serviços privados muito bem geridos e outros muito mal, pelo que não se deve apreciar a questão das empresas municipais com a etiquetagem de que o que é público é mal gerido e o que é privado é seguramente bem gerido. Ao assumir-se uma reforma do sistema autárquico, o seu sistema teria de ter o centro de gravidade nos concelhos e não nas juntas de freguesia. É nos concelhos que podemos reformar de forma profunda e séria o sistema municipal. Se o mesmo estiver só virado para as juntas de freguesia, teme que se cometam injustiças, desequilíbrios e que se afaste o sistema municipal da proximidade das pessoas que mais carecem dele. Naquilo que o documento diz dever ser uma exceção (não aceitar a aplicação cega da regra, nas juntas de freguesia das aldeias de xisto, históricas e da rede natura) deve lá ser colocado como regra, ou seja, pela positiva e não pela negativa, realçando o papel das Juntas de Freguesia na preservação dos valores patrimoniais, culturais, sociais e outros.

shh
mes?
#

Carlos São Martinho – Saudou todos os que num esforço coletivo conseguiram elaborar o texto em discussão. Trata-se de um documento de consenso, não tão radical como se está a ver pelo País fora. Muitas Assembleias Municipais estão a rejeitar esta discussão quando deviam estar empenhadas ao máximo nela. Ele próprio já havia feito chegar ao Governo a indicação de que a reforma não devia ser efetuada só para as freguesias, mas também para os municípios, embora se saiba que, se se tivesse começado por aí, a reforma já teria acabado. Tudo deve ser feito passo a passo, de forma segura. A posição consensual do município do Fundão, terá de certeza o acolhimento de quem de direito. Há muito a fazer para que na Assembleia de República se atinjam os resultados pretendidos. Relativamente às empresas municipais disse discordar ligeiramente do Senhor Presidente da Mesa, já que existem serviços essenciais que as Câmaras fazem, que são melhor geridos com a ligeireza administrativa das empresas municipais. O problema é que não se pode generalizar de forma negativa nem as empresas municipais nem as PPP (Parcerias Público Privadas), como foi feito, nem as devemos diabolizar. Todos sabemos que existem PPP muito virtuosas e que prestam um trabalho excelente, como a parceria público privada das concessões rodoviárias do Pinhal Interior que tinha tantos custos de manutenção como de investimento, o que seria inadmissível. Adiantou que este Governo vai avançar com os investimentos que estavam previstos naquela parceria relativamente ao nosso distrito, mas vai suspender tudo o que estava a mais, ou seja o contrato de manutenção com valores absurdos. Estavam assim em causa os desvios e o rumo que algumas PPP e empresas municipais estavam a ter, pelo que é preferível dar um passo atrás sem diabolizar tudo.

Abel Rodrigues – Deu os parabéns à intervenção do Senhor Presidente da Mesa, considerando que são palavras como aquelas que nos honram, pelas reflexões, pela assertividade e correção. Concordou que a reforma devia iniciar-se pelos municípios e que fazendo-o só com as freguesias vão introduzir-se muitos fatores de conflito no nosso território. Quanto às empresas municipais, embora seja administrativamente mais fácil fazer algumas coisas, posteriormente as empresas municipais serviram para outras situações de que prefere não falar. Relativamente à mudança do sistema eleitoral disse que não concordava com a redução dos membros da Assembleia Municipal já que a representatividade concelhia e municipal tem de estar assegurada. Se existir uma redução de membros, conforme se fala, teme que algumas forças políticas deixem de estar representadas de forma democrática na Assembleia Municipal. Alertou para o perigo da eleição dos vereadores no Executivo, considerando profundamente errado dar-se ao Presidente da Câmara o livre arbítrio de poder a qualquer momento destituir os seus vereadores, levando a conflitos e problemas muito complicados.

Luís Lourenço – Disse que o que esteve em apreciação foi o documento verde, base de trabalho que tinha características muito diferentes consoante os pontos que aborda, nalguns deles com uma proposta de matriz muito concreta, nomeadamente relativa á redução das freguesias. Noutros pontos é mais vago e dá mais hipóteses de discussão e de avançar com algumas ideias. O documento em análise é de consenso embora não se reveja nalguns pontos. Relativamente à classificação das freguesias é inaceitável que se estejam a utilizar dados estatísticos de 1980. As distâncias em raio/linha reta não fazem sentido nestes tempos, já que devia ter-se em consideração a distancia/facilidade de deslocação. Embora não concorde com muitas coisas, acha que não podemos ser imobilistas, já que estamos perante uma discussão muito importante para o futuro da vida autárquica dos diversos concelhos do País e não devemos ficar calados e quietos, sendo simplesmente do contra. Lamentou o facto de esta discussão ter sido iniciada, não

por força da própria necessidade, mas por imposição. A partir de hoje toda e qualquer discussão relativa às freguesias deve basear-se no ponto existente no documento de pensarmos em medidas e contas que no imediato podem parecer uma medida económica mas que se não forem orientadas para um serviço de proximidade, pode a longo prazo trazer mais custos que benefícios. Não se discutiram as freguesias por níveis e competências, mas pelo critério das que estão mais longe ou mais perto da sede do concelho, o que poderia ter sido importante, embora possa ser feito mais tarde.

Rogério Hilário – Começou por afirmar que estamos num momento da vida política em que aparecem muitos filósofos. O momento é propício mas devemos ser clarividentes e contribuir para um debate sério e construtivo. Este documento aparece porque existiu uma imposição do PS na discussão com a TROIKA, não foi esta que o impôs. Disse ainda que o documento traduz o consenso das forças políticas do concelho, mas que todos devem perceber as mudanças e alterar o que está mal. Tem de se ter cuidado com o que se faz e não nos focarmos só na agregação de freguesias. O documento verde tem outros pontos fundamentais que deviam ser melhor debatidos, tais como a nova lei eleitoral, o novo modelo de financiamento e a dinâmica própria que os municípios possam ter, nomeadamente com a integração de serviços noutras estruturas, o fortalecimento de outras, a perda de poder das atuais estruturas. Devemos fazer uma análise de impactos de possíveis cenários ao nível das freguesias. Não devemos fazer as coisas pela lógica do agregar porque está perto, mas pelos impactos que possam causar, já que existem cenários muito complicados que importa considerar.

Nuno Miguel Henriques – Saudou o trabalho realizado pela comissão considerando positivo existir um consenso, embora se pudesse ter ido mais além. Lembrou que há cerca de 1 ano atrás ele próprio havia proposto um debate sobre o assunto que teria permitido abordar mais temáticas. Na altura previu que mais dia, menos dia isto iria acontecer e estamos agora com menos tempo e por imposição a debater estas questões. Quanto à TROIKA reiterou que foi o PS que propôs a reforma das freguesias e dos municípios. O poder local deve ser preservado e dignificado, a limitação de mandatos não faz sentido só para os Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia, mas também para os Senhores vereadores ou outros membros da junta. É curioso que os deputados na Assembleia da Republica não têm limitação de mandatos, pelo que ou existe para todos ou para ninguém. Se temos um bom Presidente de Câmara ou Presidente de Junta e se democraticamente for novamente eleito, não vê por que razão não há-de continuar. Quanto às empresas municipais era bom que as mesmas fossem mais ágeis e melhores que as Câmaras no seu funcionamento, caso contrário, não são necessárias quando o município trabalha bem. O poder local assenta nas premissas da democracia, da proximidade do cidadão e não só de alguns. Todos devem exprimir o que pensam enquanto é tempo, especialmente os Senhores Presidentes de Junta, porque nada deve ser imposto, já que Portugal merece o melhor e não devemos hipotecar o futuro.

Malícia Trindade – Foi de opinião que da discussão nasce a luz e nem todos podem estar de acordo. Relativamente às Assembleias Municipais e de Freguesia não concorda que quem ganhe com uma minoria tenha de submeter o seu Executivo, as pessoas com quem quer trabalhar, a aprovação dos membros da assembleia. Estes casos possibilitam que as assembleias municipais e de freguesia tenham maiorias que chamem a atenção do Executivo e fiscalizem os seus atos. Das 4259 freguesias existentes a nível nacional, há mais de 100 com conflitos resultantes de executivos minoritários impostos. No nosso concelho acontece o mesmo na Fatela e no Fundão, onde a CDU que teve cerca de 600

nhh
11
Wesley

votos se achou na posição de impor a sua vontade. Acima de tudo deve haver harmonia e quem ganha deve ter a possibilidade de escolher com quem quer trabalhar, porque é muito mau ter pessoas por imposição, que estão nas Juntas de Freguesia e nada fazem. Quem ganha com maioria ou sem ela deve poder escolher no seio das assembleias o seu executivo. Concordou também com mais poderes fiscalizadores para as Assembleias Municipais e de Freguesia. Se lhe perguntarem se os Presidentes de Junta devem estar nas assembleias municipais, por um lado acha que sim mas por outro acha que é demais para um Presidente de Junta vir para uma Assembleia Municipal e estar horas a ouvir “lana-caprina” sobre coisas que nada têm a ver com o concelho. Por vezes era melhor haver uma mesa redonda com 10 ou 12 pessoas, a discutirem assuntos que lhes interessam e não gastarem ao município cerca de 5.000 € de cada vez que se realiza uma Assembleia Municipal. As Juntas de Freguesia juntamente com as Câmaras, a bem ou a mal cá se entendem sobre o PPI e todos os outros assuntos. Há alguns anos existia na Lei eleitoral um artigo que estabelecia que uma pessoa que renunciasse ao mandato não podia ser eleito no mandato seguinte. Esse artigo foi erradamente retirado da Lei eleitoral e o que se passa agora é que se permite que alguns andem a brincar às eleições e se lhes apetercer fazem cair uma Junta de Freguesia ou Câmara ou causam problemas de funcionamento. No entanto, seis meses depois já se estão a candidatar novamente e a poder repetir as mesmas coisas. Foi também de opinião que os candidatos às Câmaras e Juntas deviam ter residência principal ou secundária no concelho, não se justificando pagarem-se ajudas de custo a eleitos que estejam a viver em Viana do Castelo para se deslocarem a Lisboa a uma assembleia municipal ou de freguesia. Estas são as suas opiniões com que alguns não concordam, assim como ele próprio não concorda com muitas coisas que aqui se dizem, mas aceita serenamente.

Nuno Miguel Henriques – Respondendo a Abel Rodrigues, considerou que um presidente eleito democraticamente por sufrágio direto e universal, deve poder escolher os seus vereadores dentro ou fora dos eleitos na Assembleia Municipal. Ao membro Manuel Malícia disse que o importante não é reunir a uma mesa mas sim dignificar as assembleias, destacando a importância da descentralização, como propôs há cerca de 9 anos, permitindo mais intervenção do público e debate dos seus problemas e aspirações.

Luís Castanheira – Disse ter-se sentido magoado com a intervenção do seu particular amigo Malícia Trindade, já que o 25 de Abril de 1974 não idealizou o poder local, nem uma democracia feita, construída e debatida por 10 ou 11 pessoas a uma Mesa.

Luís Lourenço – Esclareceu que a CDU na junta de freguesia do Fundão nada impôs, reuniu com os representantes eleitos pela lista DAR e pelo PS e que ninguém tem culpa da lei que existe e dos resultados eleitorais. A CDU o que fez foi propor uma resolução que viabilizasse o funcionamento da Junta de Freguesia do Fundão.

Presidente da Câmara – Disse que esta discussão não faz sentido porque não estamos a discutir a reforma do poder local nem os seus pilares, o que nos levaria a uma discussão interminável. Havia outro compromisso e que em nome da consideração e do respeito pelos trabalhadores e seus familiares, cerca de 500 pessoas que estão à espera num jantar de Natal, se deviam abreviar as intervenções. Felicitou os membros da Assembleia Municipal e todos os agentes políticos envolvidos por terem conseguido uma plataforma consensual, porque uma reforma destas não conseguirá nunca sem esse consenso. Esta discussão vai avançar agora para o órgão próprio que tem a competência

de decidir sobre estas questões que é a Assembleia de República e felizmente já estamos preparados para acompanhar as tendências de mudança em Portugal.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos Documentos Previsionais, Mapa de Pessoal e Empréstimo de Curto Prazo para o ano 2012”

Presidente da Câmara – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata constituindo o **Anexo 6**.

Abel Rodrigues – Disse que tem informações de que provavelmente esta é a última Assembleia Municipal em que estará presente o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Manuel Frexes, uma vez que também já o deixou subentendido, vai sair, pelo que agora é tempo de balanço, de continuidade ou não. Já existe quem diga aí na rua, inclusive pessoas do PSD, que o futuro será diferente, não se sabe em que sentido. Em Fevereiro do ano passado o Senhor Presidente disse nesta assembleia que no caso do PEC 4 ser aprovado, esta câmara e outras seriam obrigadas a solicitar o reequilíbrio financeiro. Já passaram os PEC's 4,5,6,7,8 e 9 e até à data ainda não viu ninguém falar de reequilíbrio financeiro, pelo que perguntava como estão em termos reais as contas, no Fundão. O Senhor Presidente veio para o Fundão com boas e más ideias, mas, questionando-se ou não as mesmas, estas foram as suas opções e foram devidamente sufragadas pelo povo. No entanto o PS sempre lhe disse e mantém, que algumas das suas ideias eram demasiado utópicas e algo megalómanas, para as quais o Fundão, não tem dimensão nem massa crítica. O Senhor Presidente veio com grande deslumbramento mas vai deixar a Câmara hipotecada durante muitos anos. Tendo participando na assembleia da Comurbeiras, que terminou há pouco, ouviu o Senhor Presidente Carlos Pinto, a propósito da A23 e Linha da Beira Baixa a fazer uma intervenção muito dura para com o ex-Governo PS, mas também muito dura para o atual governo. Disse o Senhor Presidente da Câmara, do PSD, que para fazer isto não precisamos de governantes, destes ou doutros e convidou-os a ir embora. De forma contrária a esta procedeu hoje o Deputado Carlos São Martinho que na Assembleia da República votou contra uma proposta do PCP relativa às portagens na A23 e já é a segunda vez que o faz. Nestas pequenas diferenças se vê a dimensão e atitude dos políticos. Terminou dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal do Fundão pelo novo cargo que irá exercer na empresa Águas de Portugal, informação esta que espera fidedigna. Fez votos para que tenha êxito na nova missão e desejou-lhe felicidades.

Presidente da Câmara – Solicitou uma intervenção neste momento para lamentar as palavras do Membro Abel Rodrigues, considerando-as altamente especulativas e criadoras de incerteza. Tem um mandato no qual está em exercício de pleno direito e não tem nenhuma saída agendada nem amanhã nem no dia seguinte. Achou lamentável que se avancem suposições, quando nunca ouviu ninguém de direito fazê-lo e que se esteja a contribuir para criar confusão na cabeça das pessoas. Repudiou completamente este tipo de abordagem pelo que espera que aquele membro retroceda nas suas considerações já que são inapropriadas e indelicadas.

Carlos São Martinho – Apelidou de incorretas, falsas e especulativas as insinuações do membro Abel Rodrigues. Disse que votou contra a proposta do PCP que pretendia suspender as portagens na A23, porque sempre defendeu uma outra posição publicamente. O diploma aprovado é do PS e a incongruência e falta de vergonha é aquilo que alguns elementos do PS andam a dizer, quando foram eles próprios que criaram as portagens. Foram os erros do PS que nos levaram à bancarrota e a obrigar o PSD e os Portugueses a pagar essa incompetência. Informou que este governo irá apresentar medidas corretivas para a circulação dos transportes rodoviários e que vai negociar junto das concessionárias a implementação do modelo que sempre defendeu.

Luís Lourenço – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o **Anexo 7**.

Eduardo Saraiva – Disse compreender as dificuldades na elaboração de um documento desta natureza nesta altura, tratando-se do orçamento possível. Lamentou a intervenção de Abel Rodrigues e que este não tenha ouvido as palavras a apelar à coesão, do seu colega Nuno Baltazar Mendes. Em democracia qualquer eleito pode ficar até final do mandato ou abdicar dele. O Senhor Presidente da Câmara decidirá o que será melhor para a sua vida pessoal, mas que certamente já está na história do Fundão, independentemente de ficar na Câmara Municipal 10, 11 ou 12 anos.

Presidente da Câmara – Apelou ao membro Abel Rodrigues para que retrocedesse na afirmação que fez e que naquele momento exigia àquele membro, que se tem na sua posse algum documento ou alguma decisão que diga com certeza absoluta aquilo que afirmou nesta Assembleia Municipal, que as mostre, porque em nome da verdade não conhece nem tem nenhum documento nesse sentido e se o mesmo existisse já o teria tornado público. Exigiu assim que fosse reposta a verdade.

Pedro Salvado – Disse estar claro que o País vive tempos difíceis de austeridade que impõe rigor nas opções, na gestão e nos números que se apresentam. Conhece há vários anos a teoria desta Câmara Municipal que os orçamentos têm de ser ambiciosos e posteriormente se executam 30, 40 ou 50% dos mesmos. Se contabilisticamente há rigor nos números, o mesmo não se pode dizer quanto à realidade deste orçamento. De facto estamos perante um orçamento irrealista, existindo um claro empolamento dos números. Este problema não está na receita mas na despesa, ou seja entre o que é comprometido e o que é pago, porque comprometemos todos os anos despesa que contabilisticamente tem cabimento, mas apenas porque se reporta à receita orçamentada que não é real, já que temos tido nos últimos 10 anos receitas de cerca de 35 milhões de euros. Realçou que na síntese financeira junta à informação escrita estavam comprometidos 58 milhões de euros, sabendo que nunca iríamos cobrar mais do que os tais 35 milhões. Assim o PS irá votar contra este orçamento, não por discordar das opções apresentadas, mas por não haver rigor nos números, especialmente na época que atravessamos. Achou também que esta Câmara devia falar da questão das finanças do município e do reequilíbrio financeiro após tantos PEC's. Ao longo dos últimos 10 anos o atual Presidente da Câmara começou por dizer que o PS lhe deixou 5 milhões de euros de dívida, depois já eram 10 e na última vez já falou em 20 milhões. Para evitar estas diferenças de números e para que nunca existam dúvidas, o PS solicita informação sobre qual a verdadeira situação financeira do Município. Quer também saber se o propalado reequilíbrio financeiro vai acontecer a curto prazo ou se por outro lado já está tudo saneado.

Rogério Hilário – Disse que ao ouvir Pedro Salvado pensou estarmos no mês de Abril, altura em que se discutem as contas de gerência. O orçamento é um exercício previsional, algo que o Executivo se compromete realizar no ano seguinte. Não estamos a falar do presente exercício económico mas sim do que se prevê realizar no próximo. Como em todos os exercícios previsionais, existem fatores aleatórios que nem sequer o município pode controlar, como o tempo, a situação económica do País ou contextos legislativos. Devemos discutir se as opções que a Câmara Municipal toma são as mais corretas, criticáveis e alteráveis e tentar perceber a opinião de todos e discordarmos se for o caso. Manifestou também não concordar em nada com Pedro Salvado porque a situação económica muito difícil, cuja responsabilidade é do PS é de numa incerteza absoluta. O que aquele membro leu no orçamento foi contenção, redução de despesa e também de receita. Também devia ter sido mencionado o trabalho realizado por esta Câmara ao nível dos fundos comunitários e aquilo que são as receitas de capital que não vêm diretamente das transferências mas do trabalho de equipa. Em democracia o povo tem sempre razão e percebe bem o caminho escolhido por este Executivo e onde está a verdade. A dívida tem de ser paga porque esta Câmara é séria e credível.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 32 votos a favor, 7 votos contra e 6 abstenções

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aplicação da Derrama para 2012”

Não havendo interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 37 votos a favor, 1 abstenção e 7 votos contra.

2.5– Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Integração do Município do Fundão na Associação sem fins lucrativos denominada: Território IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação”

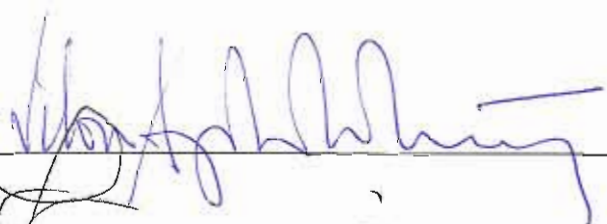
Não havendo interessados em usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou o documento a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 45 votos a favor, 1 abstenção.

Abel Rodrigues – pediu para usar da palavra e disse que não pretendeu ofender o Senhor Presidente. Também não disse que a informação era oficial, simplesmente ouviu dizer e pensava que isso não iria causar nenhum incómodo, pelo que desde logo desejou boa sorte e felicitou o Senhor Presidente no caso de isso acontecer. Longe de si querer ofender alguém, pelo que espera que o Senhor Presidente tenha em consideração que não quis causar-lhe qualquer tipo de incómodo. Quem comentou consigo não lhe pediu segredo e reputa a informação como boa e credível, se vai ou não corresponder à verdade o tempo o dirá. Uma coisa o Senhor Presidente da Câmara não pode dizer da sua pessoa, que é a de que alguma vez lhe tenha faltado ao respeito, quer pessoalmente quer à Câmara Municipal e também não era hoje que o iria fazer. De qualquer forma se as suas palavras lhe causaram algum tipo de embaraço pedia desculpa.

Presidente da Câmara – Disse ter percebido que esta informação não passa de uma simpatia do membro Abel Rodrigues, que lhe quis oferecer uma prenda de Natal. No entanto devia haver cuidado com a forma como se veicula a informação porque quando não é verídica nem oficial não deve ser difundida. Frisou que tinha muito orgulho em ser Presidente da Câmara Municipal do Fundão e que assim continuará a ser.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, despediu-se dos presentes e deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 21.00 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário



2º Secretário

Maria do Carmo Rosa Aguiar

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "M25" and "16".

VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 - Apreciação e votação do documento final de trabalho da Comissão de Acompanhamento do Documento Verde da Reforma Administração Local, constituída na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 29 de outubro de 2011. - APROVADO POR UNANIMIDADE

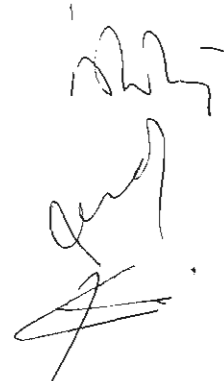
2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Aprovação dos Documentos Previsionais, Mapa de Pessoal e Empréstimo de Curto Prazo para o ano 2012” – APROVADO POR MAIORIA, com 32 votos a favor, 7 votos contra e 6 abstenções

2.4 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Aplicação da Derrama para 2012” – APROVADA POR MAIORIA com 37 votos a favor, 1 abstenção e 7 votos contra

2.5 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “ Integração do Município do Fundão na Associação sem fins lucrativos denominada: Território IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação” – APROVADO POR MAIORIA com 45 votos a favor 1 abstenção

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

22 de Dezembro de 2011-12-21



Deputado Municipal: Aires Patrício

Em 21/12/2010, há precisamente um ano, neste mesmo espaço, referia o momento difícil que o País vivia.

Destaquei, então, que a mera perspectiva política/partidária deveria dar lugar a um pensamento, atitude, de âmbito verdadeiramente nacional, consubstanciada numa acção de conjunto, solidária, patriótica.

Será que, ao longo do ano que ora finda, foi isso que a História registará?

Parece-me que não.

Sobe pena de me repetir, de ser acusado de pessimista, de falta de auto-estima, vejo-me chegado a este Natal onde a dúvida tomou o lugar da esperança.

À imponderabilidade de sucessivas governações, a que alguns chamam de grande alcance, há que acrescentar a dislexia de outros que se arrogam de grandes passadas sem que se apercebam da falta do suporte indispensável

O Povo - o bom Povo – vagueando por entre os discursos que se pavoneiam pelas ribaltas distantes e as pantalhas sedutoras, e, da sua própria memória esquecido, esforça-se por vislumbrar o

futuro que lhe prometem os mesmos que o presente não sabem ou não lhe podem dizer.

Habita, este Povo, um País em permanente reunião.

Reunião onde não tem assento, limitando-se a, de quatro em quatro anos, fazer parte de uma que, em redor da urna se fina.

E é dessa única reunião que emerge uma minoria ou, elite, se se quiser, que lhe é desconhecida e, então, toma posse de toda a sua capacidade decisória e que passa a intervir, segundo as suas próprias regras, naquilo que passa a definir como do interesse geral, comum.

Comum?

Mas que raio de comunidade é esta onde o fosso que separa os extremos é cada vez mais alargado e profundo? Com a agravante de os pratos da balança penderem tão brutalmente no sentido favorável de uns poucos em detrimento daqueles a quem tanto, tanto se deve?

Na saúde, na morte, na educação, na justiça, na segurança, nos primeiros passos, na velhice, na qualidade de vida, estamos perante mundos antagónicos. Do senhor presidente ao senhor director, do dignitário ao anónimo, do chefe ao subchefe...ao amanuense, ao operário. Do carro com motorista às filas madrugadoras para o metro, para o autocarro. Da senhora de sua casa à doméstica, mãe, empregada, desempregada, que sabem aqueles poucos?

Estamos, de facto, perante mundos antagónicos onde a fragilidade económica/financeira retira a verdadeira liberdade a todos quantos, sem os quais, o seu mundo não seria possível.

Que ninguém se atreva a falar de liberdade na presença de bolsos vazios, pois mais não evidencia que a arrogância característica de quem de solidariedade não sabe.

Sendo certo que novos mundos se avizinham, que o sistema económico que nos trouxe até aqui está em profunda transformação, que o devir é uma incógnita inquietante, que o mundo está em sobressalto, que a demografia sugere preocupações novas, que falta ponderar o trajecto que liga a Revolução Industrial à Tecnológica, que a Europa se agita de cimeira em cimeira, não é menos certo que só uma governação incompetente trouxe Portugal a esta Troika (como lhe chamam) que parece, em nome do défice e de toda a contabilidade, trucidar a auto-estima, a capacidade de sobreviver condignamente, a esperança que nenhum iluminado tem o direito de abater.

Haveremos de consentir que nos falem de futuro, exclusivamente, só aqueles que nos saibam explicar o porquê deste presente, que nos saibam explicar quais os caminhos escolhidos para chegarmos aonde estamos.

Do Serviço Nacional de Saúde tendencialmente gratuito às recém taxas moderadoras, dos propalados direitos adquiridos ao corte dos subsídios de férias e de Natal, da reforma para que se descontou à transferência de fundos de pensões, da burocracia emperrante à tecnocracia redutora, dos brandos costumes à fiscalidade asfixiante, da procura do saber à obtenção de diplomas, do crescimento à míngua, é tempo de nos perguntarmos por onde e para onde vai Portugal. É tempo de nos perguntarmos o que poderemos fazer por Portugal.

hhl
qual.
#

Tem o cidadão o direito e o dever de banir dos seus quotidianos o mundo de perplexidades que decisões sem estratégia, porque distantes da matriz humanista, sem a qual a Polis não é possível, exigir dos eleitos não a coragem de que se arrogam mas, isso sim, a coragem de compreenderem a inteligência e a dignidade de um Povo que se pergunta, a cada passo, que amanhã o aguarda.

Tenho fé que a História, um dia, dirá da nobreza de um Povo que, sabendo-se sem culpa, soube dar a outra face.

O turismo, entre tudo o mais, enfrenta o IVA.

A agricultura o abandono.

O indígena do interior a Discriminação Positiva.

A produtividade não produz.

Prolifera a insolvência.

Aumenta o crédito malparado.

Por incumprimento das famílias a Banca aumenta o seu património imobiliário.

A pobreza aumenta.

A fome aumenta.

As várias organizações de solidariedade social não dão mãos a medir.

Dos tão invocados brandos costumes vivemos, hoje, um tempo de violência. Da doméstica à de rua, da fiscal à da perda de qualidade de vida.

Tenho presente o discurso do Presidente do meu Partido, o CDS, quando invocava a segurança das pessoas e dos bens como um dos factores determinantes para ultrapassar as vicissitudes que o País sentia no seu quotidiano, bem como do seu apelo ao trabalho, ao esforço, à eficácia e ao reconhecimento do mérito.

Subcrevo em absoluto, começando por dentro e, assim, dar voz própria ao CDS para, como parte da maioria que tem por obrigação governar o meu País, se tornar factor decisivo na procura de um Portugal melhor, mais feliz.

O voto não pode legitimar e deixar impune a incompetência, o ego mesquinho, a visão curta da dimensão imensa que o humanismo contempla.

Neste Natal sem sorriso impõe-se-nos exigir os deveres e os direitos que ao indivíduo são inerentes e na polis se consubstanciam.

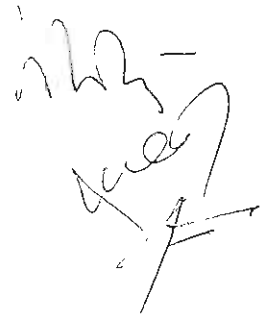
Lembrando João Paulo II:

“ HOMENS SEDE HOMENS”.

BOM NATAL

FELIZ ANO NOVO

A handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the document. The signature is stylized and appears to be a personal name, possibly 'M. J. Costa' or similar, written in a cursive script.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the top right corner of the page. The signature appears to be 'Miguel' and there are some other markings below it.

Boa tarde a todos.

Neste período, antes da ordem do dia, gostaria de vos apresentar uma moção sobre o aumento das taxas moderadoras e que peço à mesa que vos leia.

Um dia depois da publicação dos valores das taxas ditas moderadoras, gostava de apelar ao vosso voto nesta moção. Estes aumentos, claramente inconstitucionais, obrigam a que os indivíduos que pertençam a um agregado familiar com um rendimento superior a 629 euros paguem, por exemplo, 5 euros por uma consulta no médico de família, 10 euros por uma consulta num serviço de atendimento permanente, 20 euros por uma ida às urgências, que podem chegar aos 50 euros se o médico resolver fazer testes que o ajudem no seu diagnóstico. Soubemos ontem que se um miúdo de 13 anos, proveniente de um destes agregados familiares “ricos”, partir a cabeça e precisar de ir mudar o penso 3 vezes, paga 12 euros, 4 por cada tratamento de enfermagem. Enfim, só quem não conhece o país, ou melhor, quem não conhece os Homens, não se apercebe do retrocesso que isto significa.

Não é preciso a Organização Mundial da Saúde explicar-nos, como explicou há um ano, que e vou citar “Os pagamentos directos têm sérias repercussões na saúde. Fazer com que as pessoas paguem no momento da utilização desencoraja-as a usarem os serviços (particularmente os de promoção da saúde e prevenção) e encoraja-as a adiar um *check-up*. Isto significa que não recebem o tratamento cedo, quando as possibilidades de cura são maiores”

Esta organização estima que uma grande parte dos 1,3 mil milhões de pobres em todo o mundo não tenha acesso aos serviços de saúde “simplesmente porque não tem possibilidade de os pagar quando precisam deles”. E alerta que estas pessoas ficam, mais tarde, demasiado doentes para trabalhar – o que ainda agrava mais a sua situação de pobreza.

OMS aconselha que se reduza o desperdício, que estima entre os 20% e os 40%, do dinheiro gasto em saúde e defende claramente que esta seja financiada pela via dos impostos.

O mais espantoso de tudo isto é que é o próprio Ministro da Saúde que diz que estes pagamentos representam menos de 1% do que é gasto no Serviço Nacional de Saúde. A pergunta que se põe é então o porquê destes aumentos? E dizem-nos que decorrem do entendimento com a tróica, que é a desculpa para todas as decisões nefastas deste governo. Demasiadas vezes esta afirmação é simplesmente falsa, não é a tróica que impõe estes pagamentos. Eles são uma escolha do governo. Então continuamos com a dúvida, porquê? Querem-nos mal, a nós cidadãos portugueses? E verdade que muitas vezes assim parece, agora até está na moda aconselharem-nos a emigração, mas claro que o objectivo deste governo não é fazer-nos mal. O objectivo deste governo é fazer bem aos seus amigos. A ex-Ministra Ana Jorge afirmou ontem que suspeita que estes aumentos sejam “uma questão ideológica e não uma orientação da *troika*, porque vamos reduzir o acesso público à saúde e aumentar em alternativa o sector privado e lucrativo”, pois eu não suspeito, eu tenho a certeza, o objectivo destes aumentos é tornar atractivos os seguros de saúde à classe média e assim acabar de vez com o Serviço Nacional de Saúde.

O problema é que este governo tem claramente dois desígnios. Dois desígnios muito facilitados por esta crise profunda. Este governo quer vender tudo o que é do estado a quem provar ser mais amigo, e o mais depressa possível, antes que o povo acorde e se aperceba do que está a ser feito. E em simultâneo a única medida de que se lembra para lançar a economia e a competitividade é atacar os direitos dos trabalhadores, seja diminuindo-lhes os ordenados, seja obrigando-os a trabalhar horas grátis.

Até posso acreditar que há pessoas que acham mesmo que um estado mínimo, vá só com as polícias, e sem direitos dos trabalhadores, é um estado ideal. Mas parece-me tão óbvio que isso não resulta em lado nenhum e muito menos num país com a nossa dimensão, que me deixa triste, perplexa e indignada esta entrega do país aos interesses privados, o Serviço Nacional de Saúde, a Educação, a Energia, a Água os Transportes tudo sujeito a meros interesses privados, ou seja ao lucro.

No concelho do Fundão já somos menos de 30 mil habitantes, e com as medidas que têm sido tomadas, como a implementação do pagamento das SCUT, a redução brutal do rendimento disponível das famílias, os aumentos da energia e

hhh
Cres
F

estes aumentos dos preços dos cuidados de saúde, que no caso do nosso concelho são acrescidos de uma diminuição da oferta, a consulta aberta a fechar às 20h, em 2021 seremos menos ainda.

Nestes tempos difíceis é ainda mais importante que o poder local se faça ouvir junto do poder central. Os ministros não conhecem o vizinho que não tem dinheiro para comprar os livros escolares dos filhos, ou o casal que com uma reforma de 700 euros, deixa de ir ao médico de família porque simplesmente mal tem dinheiro para sobreviver.

Se nós deixarmos que tudo isto aconteça, até acredito que Passos Coelho em 2015 vá baixar os impostos, porque nessa altura os impostos servirão só mesmo para pagar as dívidas, os membros do governo e as polícias. Tudo o resto estará entregue aos mercados e seremos mesmo obrigados a emigrar se quisermos viver e educar os nossos filhos num país decente.

Sou uma optimista e ainda por cima gosto muito do meu país que tem coisas extraordinárias e estou disposta a lutar para que nada disto aconteça e tenho a certeza que não sou a única.

Desejo-vos já umas boas festas e, apesar da falta de esperança do governo, um óptimo 2012!

Catarina Gavinhos

Pelo Grupo Municipal da CDU.

ANEXO 3

*Senhor Presidente da AM;**Senhor Presidente da CMF;**Senhores Vereadores;**Senhores Presidentes de Junta;**Senhores Deputados;**Comunicação Social;**E a todos os Presentes;*

A conclusão do ano aproxima-se e 2011 não deixa, certamente, saudades. A grave crise económica que atingiu Portugal, e que alguns demagogos atribuíram ao anterior Governo, mais não é do que uma tragédia internacional, à qual nem as grandes potências económicas conseguiram escapar. É pois neste contexto dramático em que está mergulhado o País, que se exige aos responsáveis políticos uma resposta cabal e proactiva no desenvolvimento e aplicação de medidas que minimizem os efeitos sociais nefastos provocados pelo contexto económico actual.

Exigia-se pois, ao Poder Central, uma preocupação redobrada para com as regiões do País com menores recursos, nomeadamente as situadas no Interior, onde o PIB per capita é claramente inferior à média Nacional. Ao invés, os portugueses que ainda subsistem a morar no interior do país e que aqui desenvolvem a sua actividade económica, passaram a pagar, desde o dia 8 de Dezembro, a única estrada decente e competitiva que os serve. Como se não bastasse, o custo por km é inequivocamente superior ao cobrado aos portugueses que moram e trabalham, por exemplo, no eixo Lisboa-Porto e utilizam a A1. Perante a insensibilidade do Poder Central, para com estas regiões e nomeadamente para com a coesão territorial, o Interior do País é assim contemplado com mais um obstáculo ao desenvolvimento da sua actividade económica, o qual contribui, sobremaneira, para o menor investimento e criação de emprego nestas zonas.

Com a implementação deste tipo de medidas, que em nada contribuem para a fixação de jovens nestas áreas, cabe aos Municípios e seus Executivos procurarem desenvolver políticas bem alicerçadas e coerentes, de forma a minimizar as assimetrias regionais existentes, e cada vez mais agudizadas, entre o Litoral e o Interior.



É desta forma imperativo, que as Autarquias assumam um papel activo na racionalização coerente dos seus orçamentos, contemplando as políticas de Juventude, como desígnio essencial para contrariar a desertificação do Interior.

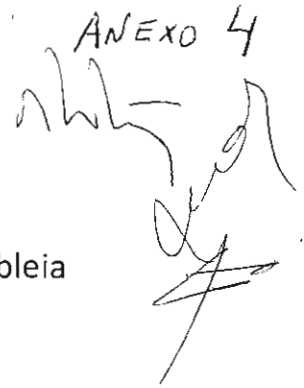
Infelizmente, os últimos anos de gestão autárquica no Concelho do Fundão, não têm, de todo, contemplado esta área. A ausência de medidas e políticas de Juventude de fundo, assentes em vectores como sejam a habitação, o emprego e o empreendedorismo jovem, têm contribuído para a redução da fixação de Jovens no Concelho. A própria relutância demonstrada pela maioria PSD em aceitar discutir e implementar as ideias e sugestões do Partido Socialista para esta e outras áreas, refira-se a exemplo a criação do Conselho Municipal de Juventude, é também situação que em nada contribui para as circunstâncias para as quais nos parecem querer atirar.

Faço minhas as palavras proferidas durante o dia de ontem pelo Senhor Presidente da Republica, nas quais apelou para que “os Jovens merecessem dos responsáveis políticos uma atenção muito especial, de forma a assegurar o seu bem-estar e a preparação do seu futuro.

Desta forma, a reestruturação da política de Juventude do Concelho do Fundão deve ser uma das grandes prioridades dos responsáveis políticos autárquicos, os quais, relembro, foram eleitos legitimamente pelo período de quatro anos para dirigirem o Município. Devem pois, empenhar-se e trabalharem afincadamente até à conclusão do seu mandato, de forma a não desiludirem quem democraticamente os elegeu. Só desta forma será possível contrariar os desígnios e as soluções fáceis, como sejam o apelo à emigração, preconizadas pelo Governo da Republica. É por isso tempo de arregaçar as mangas e não nos resignarmos, nem tão pouco seguirmos as vias simplificadas de resolução dos problemas que afrontam o País e os nossos Jovens.

Neste sentido, e à semelhança do já referido em anteriores intervenções nesta assembleia municipal, reforço a disponibilidade total do Partido Socialista do Fundão para colaborar e cooperar com o Executivo Camarário.

Termino, desejando a todos os senhores deputados, à comunicação social presente e a todos os Fundanenses, um santo e feliz natal e, dentro do possível, um óptimo ano de 2012.

ANEXO 4


Intervenção do deputado municipal Carlos Jerónimo na Assembleia
Municipal do Fundão realizada no dia 22.12.2011

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Fundão

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão e demais vereadores

Exmas. Sras. Deputadas e Srs. Deputados municipais

CABEÇO DO PIÃO

A história das Minas da Panasqueira, tal como qualquer mina com alguma importância económica, apresenta um percurso extremamente ligado à história do próprio país. Na sua longa actividade a mina regista alguns percalços e mesmo paralisações das quais não estão isentos factores económicos, tais como a cotação do minério, a sua utilidade face aos desenvolvimentos da sociedade, assim como factores de ordem histórica, tais como, a 1ª e 2ª guerras mundiais.

Os primórdios da exploração do volfrâmio remontam aos finais ao séc. XIX, sendo o primeiro registo oficial das Minas da Panasqueira datado de 25 de Novembro de 1898. A primeira concessão abrangia as freguesias de Cebola e Bodelhão pertencentes ao concelho da Covilhã e o Cabeço do Pião pertencente ao concelho do Fundão.

O interesse dos ingleses pela mina tem início em 1904, quando o Conde Burnay inicia a construção da primeira lavaria mecanizadas das Minas da Panasqueira, localizada no Rio Zêzere, comumente denominada de Lavaria do Rio.

Em 1911 constitui-se a empresa inglesa Wolfram Mining and Smelting Company que desenvolveu a mina investindo em máquinas e na renovação da lavaria do Rio, instalando um cabo aéreo para transportar o

minério dos vários sectores do couto mineiro para a lavaria. Com o início da Primeira Guerra Mundial assistiu-se a um grande desenvolvimento da mina, facto a que não é alheio a grande procura de volfrâmio, a nível mundial, devido às necessidades da indústria militar. A produção aumentou, a lavaria foi desenvolvida e construiu-se um forno para o tratamento do minério. No fim da segunda guerra mundial trabalhavam na mina cerca de 5 800 trabalhadores e cerca de 4 800 que se dedicavam a explorar pequenos filões à superfície (denominada exploração do quilo). No pós guerra a produção sofreu flutuações significativas tendo baixado drasticamente no início da década de cinquenta, aumentando de novo aquando da Guerra da Coreia. Em 1962 a mina começou a produção de concentrados de cobre com a recuperação da calcopirite dos estéreis da Lavaria.

Em 73, formou-se a empresa portuguesa com o nome de Beralt Tin & Wolfram SA, encetando um período de mecanização subterrânea, diminuindo a mão-de-obra e adaptando o método de exploração do minério a esta nova realidade.

A mina no início da década de noventa passa por um período difícil, culminante no seu fecho de 1993 a 1995. Em 96 houve uma transferência total da lavaria do Rio para uma nova lavaria situada no sector da Barroca Grande.

Depois de várias vicissitudes, mudanças de concessionário, com a subida do tungsténio a fazer-se a partir de 2004 a mina encontra-se actualmente em franca exploração, sendo presentemente, a empresa japonesa Sojitz Corporation a detentora das Minas da Panasqueira.

Após o fecho da lavaria do Rio, fruto da constatação do potencial arqueológico industrial que a estrutura desactivada encerrava em si mesmo, um conjunto de instituições liderados pela Pinus Verde, Junta de Freguesia de Silvares e a empresa concessionária das Minas da Panasqueira unem-se, alicerçados num conjunto de conhecimentos técnicos e científicos elaborados por eminentes cientistas europeus, profundamente conhecedores do valioso património mineiro mundial, e lançam um conjunto de ideias que materializam no denominado Projecto

Rio, que foi formalmente lançado em cerimónia com o apoio público da então Câmara liderada pelo Partido Socialista no ano de 2001.

A partir daquela data intensificam-se os trabalhos de valorização do potencial arqueológico do Cabeço do Pião, envolvendo as populações locais em iniciativas de carácter cultural, turístico, desportivos etc. etc.

A criação da Fundação das Minas da Panasqueira, instrumento imprescindível para a materialização dos projectos e candidaturas, foi decisiva para o lançamento das primeiras obras de recuperação da antiga lavaria do Rio, obras que, mercê da crise financeira de 2008/09, tiveram que ser suspensas. Recorde-se que a este propósito o projecto foi candidatado ao programa PITTER tendo sido aprovado pelas autoridades turística nacionais, em preterição de outros projectos de âmbito nacional, e talvez por esse facto, tem sido sistematicamente alvo de ataques, muitas vezes de natureza insondável.

De imediato, e face ao quadro financeiro, os intervenientes gizam um novo plano, que, no fundamental, assentou na passagem do património mineiro para a Câmara Municipal do Fundão para posterior lançamento de uma Parceria Público Privada constituída através de Concurso Público Internacional tendo surgido neste concurso um parceiro interessado em co-desenvolver o projecto.

O Caderno de Encargos posto a concurso público para a constituição da Parceria Público Privado foi objecto de aprovação do executivo da Câmara Municipal do Fundão e ratificado em Assembleia Municipal do Fundão.

Nesta fase, a minuta do contrato para a constituição da PPP encontra-se a aguardar visto do Tribunal de Contas.

São pois legítimas as expectativas de se poder reiniciar em breve as obras, facto que é reflectido, nas Grandes Opções do Plano da CMF para o próximo ano.

Diga-se em abono do projecto que o aproveitamento do património mineiro é uma prática corrente em diversos países europeus que viram um enorme potencial económico na recuperação de infraestruturas e equipamentos que são espécimes únicos e muito localizados, sendo

grande o interesse turístico que suscitam, constituindo pilares essenciais na recuperação dos enormes passivos ambientais que as explorações mineiras indubitavelmente deixaram.

A este propósito não quero deixar de referir o esforço considerável que a CMF tem efectuado no lançamento de medidas mitigadoras dos impactes ambientais, de que se destacam os trabalhos de impermeabilização reorientação das escorrências e tratamento paisagístico do aterro principal da lavaria do Rio, realizada há cerca de 7 anos, encontrando-se actualmente a desenvolver uma empreitada para controlo e tratamento dos leixados e estabilidade dos taludes nos restantes taludes.

Não fosse a visibilidade do Projecto Rio e, seguramente, o Cabeço do Pião, anexa de Silves, ainda se encontrava, neste momento, com o retrato de 1996, ano em que encerrou a lavaria do Rio.

A própria realização das obras na estrada municipal Alto de Silves – Cabeço do Pião – Rio Zêzere é, de alguma forma, tributária da projecção e do interesse suscitado pelo Projecto Rio, que diga-se, produziu também trabalho interessante na recuperação do património imobiliário, de que destaco a instalação da Pousada da Mina.

Mesmo em Portugal, existem alguns projectos interessantes de aproveitamento do potencial mineiro de que destaco a recuperação do património e a valorização do território das antigas Minas de São Domingos, situada na margem esquerda do rio Guadiana no concelho de Mértola, no Baixo Alentejo.

Mas vejamos a importância deste tipo de projectos no contexto global.

Um factor decisivo para a sustentabilidade de um empreendimento de reutilização científica, cultural e turística de património mineiro e industrial reside na sua capacidade de afirmação enquanto protagonista de uma rede global de organismos e projectos vocacionados para esta área específica da salvaguarda e valorização patrimonial.

Num plano internacional surge como oportunidade a integração do Projecto Rio na Rota Europeia de Património Industrial (ERIH), rede de informação turística sobre o património industrial europeu. A ERIH é

constituída actualmente por mais de 850 sítios distribuídos por 32 países e organizados numa rota de “pontos âncora”, rotas temáticas e rotas regionais.



Dos actuais 72 “pontos âncora”, 12 são sítios mineiros, metade dos quais minas de carvão, com natural destaque para a Mina de Carvão Zollverein, em Essen, Alemanha, classificada como Património da Humanidade.

A rota temática dedicada à indústria mineira conta presentemente com 165 sítios registados. As rotas regionais encontram-se ainda apenas organizadas em seis países (Bélgica, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Holanda e Polónia). Portugal está representado por 23 sítios industriais, entre os quais o Parque Mineiro da Cova de Mouros, em Alcoutim, as minas da Panasqueira e o Museu do Ferro da Região de Moncorvo, não inscrevendo ainda, no entanto, qualquer sítio na rota de “pontos âncora”.

No contexto específico do património mineiro, a Rede Europeia de Património Mineiro (Europamines), criada no âmbito do Programa Cultura 2000, da União Europeia, vem constituindo um espaço significativo de debate, contando, no plano nacional, com a participação da Câmara Municipal do Fundão como membro fundador. Destacamos, entre os objectivos da Europamines, o desenvolvimento de um código de boas práticas para a sustentabilidade de projectos de conservação e interpretação do património mineiro na Europa, a criação de estratégias modelares para o desenvolvimento sustentável, o fornecimento de consultoria entre especialistas no seio das organizações associadas e a defesa, num plano Europeu, dos valores e interesses dos sítios de património mineiro.

Sr. Presidente,

Caros e caras amigas,

Quis, pela primeira vez trazer a esta Assembleia, o historial abreviado da lavaria do Rio, uma súmula da importância estratégica que constitui a oportunidade de uma parte do couto mineiro da Panasqueira se inscrever em território fundanense.

Couto mineiro exaltado e retratado, por exemplo, por Fernando Namora, no seu romance “Minas de San Francisco” editada em 46 e que abordada os primórdios da exploração do volfrâmio das Minas da Panasqueira, ou por Aquilino Ribeiro que escreveu “Volfrâmio”, onde é retratada não só a

exploração do volfrâmio como também o seu contrabando, ou pelo saudoso Pe. Manuel Vaz Leal, capelão das minas, na sua obra de 45 “Minas da Panasqueira – Vida e História”.

No plano cinematográfico destaco a realização do documentário televisivo “Da pele à pedra” de Pedro Sena Nunes, produzido em 2005/2006 e que a JFS teve a honra de apoiar.

Mesmo nos meios culturais locais de excelência, o tema das minas foi recentemente rememorado pela ESTE – Estação Teatral da Beira Interior, através da peça “Volfrâmio”, como antes tinha sido recriado pelo Váatão – Teatro de Castelo Branco

O Projecto Rio é intérprete e repositório de muitas memórias, de um laborioso trabalho de gerações cujas vidas foram ceifadas muito cedo, e que devemos homenagear.

No meu entender, trata-se de um plano de ação estruturante do desenvolvimento do concelho e da região a curto/médio e longo prazo e poderá constituir um ponto âncora no roteiro das rotas mineiras europeias. Assim, pensaram os decisores públicos ao tempo do primeiro governo do Eng. José Sócrates

Admito e aceito que haja quem não se identifique com o projecto, quer por razões políticas, de desenvolvimento, estratégicas, sei lá. Uma miríade de razões que convocam muitos para a aposta no projecto poderão convocar outros tantos para considerarem o projecto uma inutilidade, uma irreabilidade e uma fantasia.

O que não posso impávido e serenamente aceitar é a tentativa, reiterada no tempo e o modo, de achincalhamento a que o projecto, a população e o território tem sido alvo, o ultimo episódio dos quais com epicentro na última sessão da Câmara Municipal de parte do Partido Socialista.

De forma a evitar a fuga à moda de recontextualização a que muita gente hoje em dia adere, cito, *verbatim*, ou seja com as mesmas palavras, as declarações do Sr. Vereador Dr. Leal Salvado, na última sessão de Câmara no ponto da discussão do Orçamento e Grandes Opções do Plano e que foram as seguintes “Quem desce a avenida da liberdade, quem entra por santo António, ou sobe a rua da cale, pergunta o que é que foi feito no pólis e continuamos com esta irreal e fantasiosa ideia da lavaria, que há dez anos tem servido para não mais do que para uma promoção de imagem e uma comunicação, tem sido uma guerra de comunicação, chegamos a ter a população na ilusão de que íamos ter ali uma espécie de Eurodisney, numa coisa que são detritos tóxicos, e que fica para o fim

do mundo e que nunca deu rendimento nem reversão para o concelho, e de tempos a tempos isto vem.” Fim de citação.

A intervenção citada suscita-me várias interrogações e abre-me terreno para várias interpretações e perplexidades.

A primeira, revela, em todo o seu esplendor o pensamento político do PS da CMF, construído na base de um centralismo exacerbado, o que me é levado a concluir, não apenas pela rejeição da concretização do projecto Rio, mas pela ausência de propostas concretas alternativas que ajudem a estancar o fenómeno do êxodo rural que tanto aflige tanta gente e que foi tão exacerbado pelo PS aquando do conhecimento público dos resultados provisórios dos Censos realizados no ano em vigor.

A segunda questão que me suscita, e subsidiária da primeira, revela a praxis do seu autor. À falta de propostas alternativas para as freguesias mais distantes do concelho responde, ciclicamente e de forma populista com doações pecuniárias, que embora bem-vindas, não resolvem os problemas das populações e revelam desconforto e alguma má-consciência. Mas neste particular o PS da Câmara vai mais longe. Cito novamente a última sessão da Câmara: *“Não se percebe por exemplo, e eu se que isto é politicamente incorrecto, ou não vem nada ao tom, mas eu não compreendo que continuem 4200 instituições autárquicas, a remunerar, a dar prémios, aquilo que se chama compensação autárquica, a dar prémios, a dar bónus financeiros a 4200 vezes 3 pessoas, só porque elas participam na vida da sua aldeia, da sua comunidade, eu não percebo isto”*. Fim de citação.

Terceira constatação. Se “o fim do mundo” dista pelo menos 20 km da sede do concelho do Fundão, então, 23% do território fundanense está inscrito nessa curiosa classificação metafísica do território, inscrevendo, total ou parcialmente, nesse conceito, cerca de 8 freguesias do concelho.

Em contraponto, porei a questão de forma diferente.

Nem o território mais afastado do concelho se situa no “fim do mundo” nem a Avenida da Liberdade se deve confundir com a 5ª Avenida de Nova Iorque.

Quarta e última questão.

Desafio aqui o PS da AM a demarcar-se das declarações do PS da CMF. Não o fazendo, ficará, inexoravelmente, refém das mesmas, alienando o património de adesão ao conceito e ao projecto Rio que em vários momentos o Partido Socialista local e nacional manifestou.

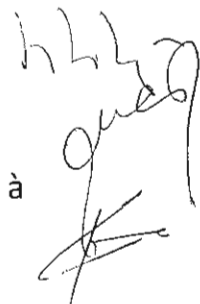
Um estilo sóbrio e anti-primário impedem-me de dar maior expressão à vontade do correr da pena que o autor deste texto utilizou.

Tenho dito.

Silvares, 22 de Dezembro de 2011.

Carlos Manuel Gomes Jerónimo

Presidente da Junta de Freguesia de Silvares

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'h h h h h' followed by a stylized signature.

rejeitada com:
12 votos a favor
16 votos contra
14 ausentes

ANEXO 5



Moção

22.12.11

Considerando que o direito à protecção da saúde está consagrado na Constituição da República, destacando que o direito à protecção da saúde é realizado, através de um serviço nacional de saúde universal e geral, ... tendencialmente gratuito;



Considerando que assegurar o direito à protecção da saúde, incumbe prioritariamente ao Estado garantir o acesso de todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica, aos cuidados da medicina preventiva, curativa e de reabilitação;

Considerando que os portugueses são dos que auferem menores rendimentos e estão entre os que já pagam mais pela saúde nos países da OCDE;

Considerando que as taxas moderadoras têm vindo a assumir crescentemente o carácter de co-pagamento do SNS, o que é inconstitucional, também segundo opinião do Observatório dos Sistemas de Saúde;

Considerando que o Governo pretende aumentar algumas das 300 "taxas moderadoras" existentes, entre as quais as consultas nos centros de saúde (de 2,25 para 5 euros), as urgências polivalentes nos hospitais (de 9,60 para 20 euros) e ainda dos meios complementares de diagnóstico;

Considerando que é totalmente falso o argumento de moderação do acesso às urgências, já que a principal causa do acesso está no facto de 1 milhão e 200 mil portugueses não terem médico de família e terem sido encerrados dezenas de serviços de saúde.

Considerando que é mais uma medida profundamente injusta e de ataque claro à constituição a Assembleia Municipal do Fundão em reunião ordinária de 22 de Dezembro de 2011 decide:

- Manifestar ao Governo e à Assembleia da República o seu voto contra o aumento das "taxas moderadoras", a defesa do SNS tal como está inscrito na Constituição, revogando para tal o decreto-lei do Governo 113/2011 que estabelece as regras de pagamento das taxas moderadoras.

Fundão, 22 de Dezembro de 2011

António M. D. M. Vaz
João Fournier



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

ANEXO 6

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores membros da Assembleia,
Senhores Presidentes de Junta de Freguesia,
Senhoras e Senhores da comunicação social,
Minhas senhoras e meus senhores,

Apresentamos hoje a esta Assembleia a nossa proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o próximo ano.

2012, como sabem, será um ano de tremendas dificuldades para os portugueses, para as empresas e para todas as instituições deste país.

Por força de um certo desgoverno e de alguns desvarios cometidos pelo Estado ao longo dos últimos anos, temos andado a viver num contexto restritivo que tem exigido a todos nós grandes sacrifícios e mesmo causado alguma angústia.

Se vivemos durante algum tempo numa realidade mascarada, os factos acabaram por nos empurrar para a necessidade de um plano de assistência económico-financeira e para a imposição externa de uma série de restrições orçamentais que vão delimitar a margem de actuação de todos nós, pelo menos, até final de 2013.

E para além destes condicionalismos de ordem financeira, terão lugar no próximo ano uma série de reformas estruturais que, de certo modo, podem atribular as relações entre instituições num momento de fortes debilidades.

Necessariamente, os documentos que hoje aqui trazemos tinham de reflectir todas essas dificuldades e estes condicionalismos.



Município do Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

Do mesmo modo que desde cedo iniciámos um rigoroso plano de contenção, não hesitamos agora em dar-lhe continuidade. Olhamos com confiança para os resultados obtidos mas não estamos satisfeitos nem consideramos ser suficiente. O caminho de realismo que nos levou, nestes 2 anos, a reduzir a despesa do Município em 6 milhões de euros, deve e vai continuar.

Consequentemente, propomos para o próximo ano uma redução de 10% na despesa corrente, designadamente ao nível de despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.

Bem sabemos que muitos dos alicerces da nossa vida colectiva foram recentemente abalados e que paira em torno do emprego um desanimador espírito de incerteza e de insegurança. Não será recorrendo a despedimentos que iremos reduzir a despesa com pessoal, rubrica onde apresentamos um corte de 9% face a 2011.

Porque, Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e meus senhores,

Em alturas de crise, de desânimo e de desconfiança, o principal elemento para vencermos as dificuldades é usarmos a verdade e agirmos sem olhar para trás mas com orgulho naquilo que já fizemos.

O orçamento que hoje aqui propomos volta a falar verdade às pessoas. Se no passado apresentávamos orçamentos adaptados a um contexto de alguma expansão económica, logicamente que agora temos de corresponder à necessidade de austeridade e de contracção.

Olhando para todo o orçamento, vemos que há apenas duas colunas da despesa corrente a sofrerem aumentos.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

Também ao nível do investimento, permanece inabalável a nossa aposta na área social. Não desistimos de concluir para o Fundão e para os fundanenses o ciclo dos equipamentos sociais que sempre considerámos fundamentais para a nossa terra. Por isso, faremos dos lares de Bogas de Cima, Bogas de Baixo, Silvares, Telhado, Souto da Casa e Valverde uma realidade que vai superar todas as dificuldades que fomos encontrando.

Ao longo destes anos, tudo fizemos para transformar o Fundão, para o projectar no futuro e para o preparar para os novos desafios.

Elaborar um orçamento de contenção não significa para nós abdicar; significa tão só sermos mais selectivos nos investimentos a realizar. Apesar das dificuldades, não colocamos a hipótese de abandonar os investimentos cuja prioridade há muito está definida: a conclusão do ciclo do abastecimento de água e do saneamento; a regeneração urbana com o Polis XXI; as acessibilidades e o Projecto REFER-CMF; ou os investimentos reprodutivos nos Parques Industriais do Fundão, Silvares e Gardunha Sul.

Mas também o Projecto Rio ou o Parque Verde Urbano serão realidades cuja previsão orçamental fizemos questão de garantir dado o potencial atractivo e de melhoria da qualidade de vida que ambos representam.

Se das nossas ambições alguma coisa está por realizar, certamente não se deve a falta de vontade, esforço ou dedicação.

Tomámos ontem posse do Cine-Teatro Gardunha e aquilo que há muito podia ter acontecido aconteceu exactamente num momento de grande contenção e de quase total ausência de recursos. Mas uma coisa desde já queremos assegurar: o imóvel será devolvido à cidade e a memória colectiva dos fundanenses poderá finalmente recuperar a sua forma e o seu completo significado.



Município de Fundão

GABINETE DO PRESIDENTE
Praça do Município
6230-338 Fundão

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Iremos sim manter a opção de não lançar derrama – repito: não lançar derrama – sobre as empresas sedeadas no concelho do Fundão, em especial neste momento em que se avolumam os encargos sobre o nosso tecido empresarial.

Senhor Presidente,

Uma nota final para os nossos autarcas de freguesia,

Em tempos de rigorosa contenção, atingir os nossos objectivos de desenvolvimento depende, de forma acrescida, do relacionamento com as Juntas de Freguesia que continuarão a ser os nossos parceiros privilegiados.

Nestes tempos, é nas parecerias, na boa gestão dos recursos e na união de esforços que está a chave do sucesso.

O esforço de rigor e contenção terá forçosamente de ser conjunto. A distribuição de meios terá de respeitar critérios cada vez mais apertados e na base do diálogo deve estar a predisposição para continuar a suportar alguns sacrifícios que não sendo agradáveis são necessários.

Este apelo que aqui deixo, quero também estende-lo às nossas colectividades, que devem continuar a estabelecer uma rigorosa gestão das suas actividades e dos seus gastos.

Contamos com todos.

Termino, Senhor Presidente, convicto de que, apesar de todas as dificuldades, seremos bem sucedidos. Os fundanenses esperam da sua

22 de Dezembro de 2011

Ex.mo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos Srs. Membros da Assembleia Municipal

Ex.mos Srs. Vereadores

Minhas Senhoras e meus Senhores

Vivemos um momento de crise única na nossa história. São exigidos aos cidadãos sacrifícios no limite do insuportável. Tudo em nome do cumprimento de limites de deficit, para agradar ao sacrossanto mercado que, qual vampiro, quanto mais sangue lhe dão, mais sangue exige. E assim vamos completando a destruição da economia portuguesa, e com ela os direitos sociais tão arduamente conquistados. Exigia-se e exige-se outro caminho. Mas é este que nos impõem. E impõem também às Autarquias.

Mas se ao cidadão pouco mais resta que lutar e apertar o cinto enquanto o estado das coisas não muda, a um Município exige-se mais.

Não ignoramos as limitações que a legislação e as circunstâncias nos impõem. Mas aquilo que se esperava era que se tentasse, pegando nesta situação de crise, e exatamente por causa dela, se procurasse, de forma inteligente e participada, encontrar as soluções de gestão eficiente que minorassem, ao nível do Concelho, os nefastos efeitos da crise.

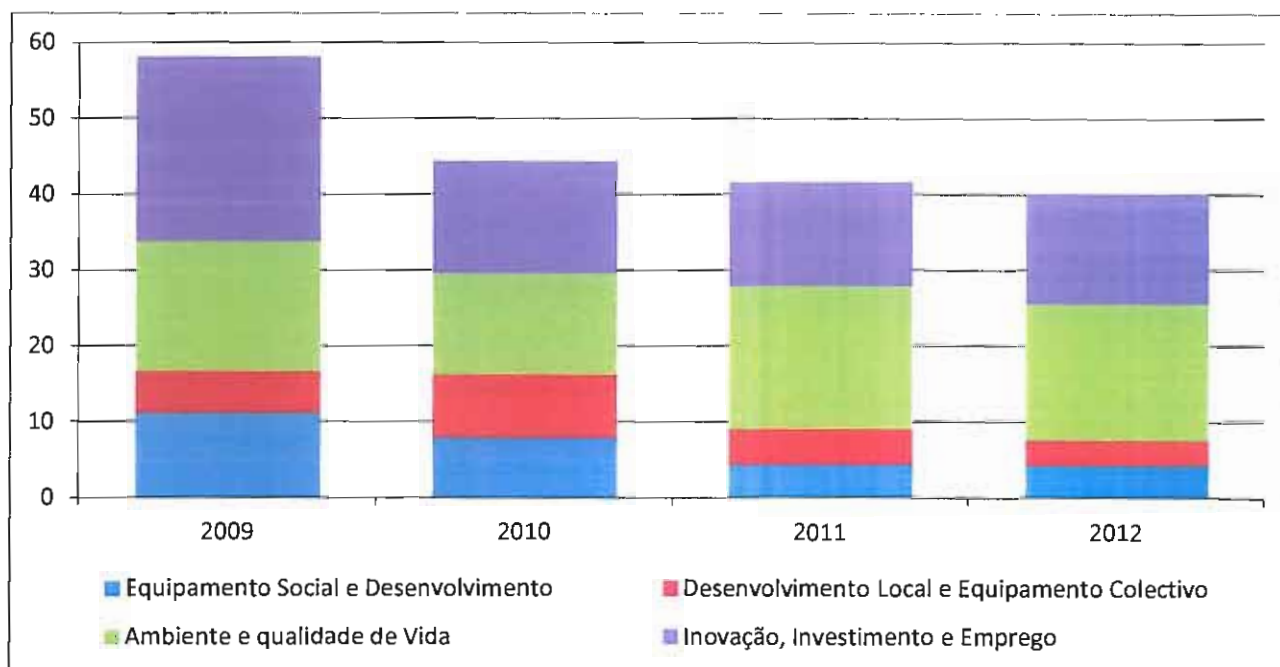
A apresentação e discussão da proposta de “documentos previsionais” (plano e orçamento) era o momento ideal para pensar e discutir tais soluções. Se assim fosse, o documento que aqui vinha refletiria esse trabalho de discussão e apresentaria as soluções encontradas.

Num momento em que tanto se exigia o que é que afinal nos traz esta proposta de plano e orçamento? Apenas mais do mesmo de há não sei quantos anos.

Formalmente é o “copy” e “paste” de documentos anteriores. Em termos de números é tão só a aplicação de uma taxa de redução relativamente aos números anteriores. Quanto à substância nada de novo.

Vejamos dois exemplos. Em primeiro lugar a distribuição dos valores propostos pelos quatro grandes capítulos das “Grandes opções do Plano”

	2009	2010	2011	2012
Equipamento Social e Desenvolvimento	11.179.700 €	7.915.900 €	4.318.100 €	4.254.900 €
Desenvolvimento Local e Equipamento Colectivo	5.515.000 €	8.284.950 €	4.642.000 €	3.253.200 €
Ambiente e qualidade de Vida	17.123.120 €	13.392.800 €	18.921.500 €	18.003.000 €
Inovação, Investimento e Emprego	24.294.700 €	14.740.087 €	13.728.939 €	14.609.016 €
	58.114.529 €	44.335.747 €	41.612.550 €	40.122.128 €



O que vemos é que a grande diminuição se verificou em 2010. 2010, que é o primeiro ano deste mandato e coincide com o agudizar do agravamento da crise. Quanto ao resto, será que se distinguem diferenças significativas?

Apetece aqui lembrar o que disse na discussão do documento de 2010. E cito:

“O plano de trabalho para ao próximo ano é claramente de minimização de danos. Minimização de danos da crise, mundial e nacional, que tem repercussões aqui no nosso Município.

Não quero dizer que eles não devam ser minimizados. Porém, o sair da crise exige uma perspectiva de futuro, de longo prazo, e não apenas o minorar de problemas no curto prazo. E que não se compadece com a simples continuidade de projetos já em execução.

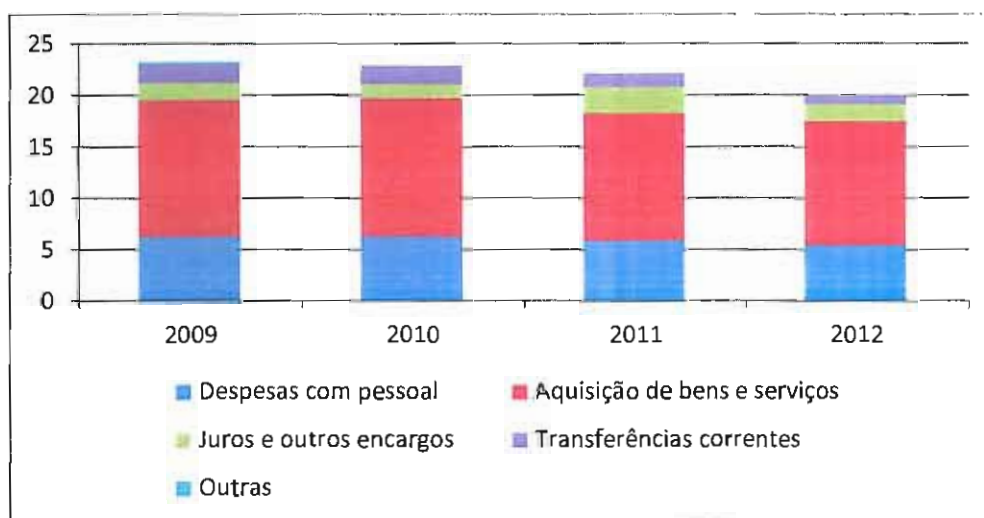
h2-
wed
JF

E é aqui que esta maioria já não parece saber o que fazer. Fica refém das circunstâncias e dos seus próprios erros passados e falta-lhe a capacidade de perspetivar o futuro. Tal atitude repercute-se no documento que aqui nos é presente.

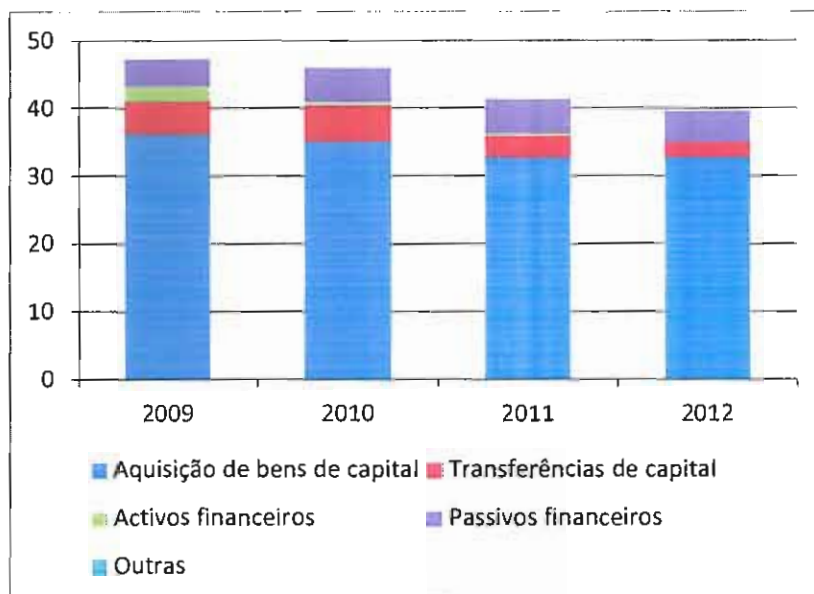
Face ao que nos é proposto, tal como há três anos, a visão, o “golpe de asa” (como alguém disse) continuam a faltar, agora que, mais do que nunca, eles eram necessários. Os diferenciais de crescimento/decrescimento são mínimos e sem lógica entendível.

Esta imagem é consubstanciada pela análise da evolução da despesa proposta.

	2009	2010	2011	2012
Despesas com pessoal	6.285.860 €	6.283.200 €	5.928.000 €	5.468.290 €
Aquisição de bens e serviços	13.243.246 €	13.383.975 €	12.349.500 €	11.967.155 €
Juros e outros encargos	1.714.700 €	1.438.800 €	2.561.889 €	1.748.100 €
Transferências correntes	1.777.500 €	1.726.025 €	1.206.100 €	830.900 €
Outras	272.320 €	114.000 €	154.000 €	86.000 €
total correntes	23.293.626 €	22.946.000 €	22.199.489 €	20.100.445 €
Aquisição de bens de capital	36.194.000 €	35.125.250 €	32.778.239 €	32.718.116 €
Transferências de capital	4.845.000 €	5.206.200 €	3.090.200 €	2.335.500 €
Activos financeiros	2.266.120 €	665.000 €	446.000 €	30.100 €
Passivos financeiros	4.000.000 €	5.010.000 €	5.000.000 €	4.450.000 €
Outras	20.000 €	30.000 €	20.000 €	10.000 €
total capital	47.325.120 €	46.036.450 €	41.334.439 €	39.543.716 €
TOTAL	70.618.746 €	68.982.450 €	63.533.928 €	59.644.161 €



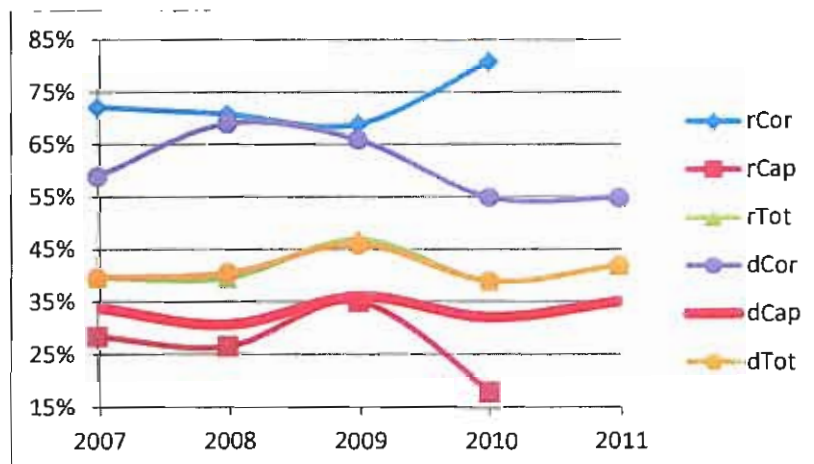
127-
Jorge



Para além do constante decréscimo que, convém dizer, não foi maior este ano do que no ano passado, nada de particularmente diferente se verifica. Novamente, a distribuição entre rubricas é, sensivelmente, igual.

Mas tão ou mais importante que tudo isto é o nível de execução daquilo que nos aqui é apresentado. A experiência diz-nos que é bastante baixa. Mais, os níveis de execução têm sido particularmente baixos nas despesas de capital, isto é, no investimento.

		2007	2008	2009	2010	2011
Receitas	Correntes	72,24%	70,88%	69,00%	81,00%	
	Capital	28,38%	26,48%	35,00%	18,00%	
	Total	39,71%	39,59%	47,00%	39,00%	42,05%
Despesas	Correntes	59,05%	69,09%	66,00%	55,00%	54,89%
	Capital	33,89%	30,63%	36,00%	32,00%	35,04%
	Total	39,69%	40,59%	46,00%	39,00%	41,98%



Provavelmente virão aqui falar-nos da necessidade do empolamento do plano. Não vou dizer que não entendo algumas das razões, mas estou claramente contra a dimensão desse empolamento. É que, caros membros desta Assembleia, algum de nós foi alguma vez consultado sobre quais os investimentos, constantes do plano, que se vão realizar (na ordem dos 35%) e quais não vão executar (cerca de 65%)?

Nestas circunstâncias, aquilo que aqui estamos a fazer pouco mais é que dar um aval ao poder discricionário da Câmara, para que selecione os investimentos que ela própria entenda.

Isto representa, de facto a diminuição efetiva dos poderes desta Assembleia. Condenamos tal prática e não podemos deixar de a denunciar.

Mas, precisam deste documento, não importa se é bom ou mau, se é cumprido ou não.

Veremos o que vão fazer com ele aquando da prestação de contas.

Poderíamos tentar esmiuçar aquilo que nos é proposto. Atendendo ao que acabei de dizer, devo confessar que poderia parecer um exercício um pouco fútil. Ainda assim permitam que vos diga que me sinto um pouco incomodado com o facto de, nas circunstâncias que expliquei, esta assembleia aprovar rubricas de "outros" no valor de milhões de euros. Sinceramente é acrescentar autorização de discricionariiedade clara á discricionariiedade implícita.

Fundão, 22 de Dezembro de 2011